

## **BRASIL E ESTADOS UNIDOS: CAMINHOS PARA O INTERCÂMBIO COMERCIAL (1808-1850)**

NATALIA TAMMONE

Tradicionalmente o século XIX no Brasil é considerado o século inglês. A vinda da família real para a colônia e a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas são os marcos do novo século e da história econômica do Brasil independente. Somando-se a aliança antiqüíssima entre Portugal e Inglaterra, o apoio militar e a escolta da família real foram feitas com bases de troca estabelecidas pela convenção secreta de 1807 o que, virtualmente, colocava o Reino em uma posição de dependência em relação aos britânicos, fazendo do Brasil, nas palavras de Jobson Arruda, uma colônia “entre impérios”: se por uma lado se afrouxavam as relações monopolistas em relação a metrópole europeia, a abertura dos portos e os tratados de 1810 encetavam condição de dependência inglesa<sup>1</sup>.

A preeminência britânica no Brasil ao longo do século foi tema largamente estudado pela historiografia brasileira e inglesa. Isolada do comércio europeu pela situação causada pelas guerras napoleônicas e em estado de guerra com sua antiga colônia na América do norte, o comércio com a região da América do Sul, ou seja, as colônias e ex-colônias espanholas e portuguesas, tornaram-se alternativas para o escoamento da produção britânica, mercados essenciais para a continuidade do aparato produtivo inglês em momento em que suas relações externas passavam por fase tão

---

<sup>1</sup> Recentemente, muitos bons trabalhos e coletâneas de textos foram editados sobre a abertura dos portos brasileiros, que completou 200 anos em 2008. Ver: MARTINS, Ismênia e MOTTA, Márcia (Org.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010; OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens. *A abertura dos portos*. São Paulo: SENAC, 2007; ARRUDA, J. J. A. . *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2008; SILVA, Alberto da Costa e (org.). *História do Brasil Nação (1808-2010). Crise colonial e independência* (v.1), Rio de Janeiro: Objetiva, 2011; JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005; COUTO, Jorge (org.). *Rio de Janeiro: Capital Geográfica do Império Português (1808-1821)*, Lisboa: Tribuna, 2010.

delicada<sup>2</sup>. Destaca-se ainda, a participação do capital britânico nas casas comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro e através dos grandes bancos e empresas de capital britânico, responsáveis em grande medida pela modernização do Império brasileiro ao longo do século XIX<sup>3</sup>.

Em trabalho de 1970, Antonia Wright introduziu à questão americana aos estudos sobre o século XIX brasileiro. Para a autora, na primeira metade do século foi obvia a predominância da Grã-Bretanha em termos econômicos e da França em termos culturais no Brasil. A autora analisou a presença dos Estados Unidos na economia brasileira desse momento não como um competidor a altura das relações inglesas mas em termos de “desafio” americano à preponderância comercial inglesa. A inserção americana na economia brasileira na segunda metade do século seria, assim, resultado de uma bem articulada e agressiva política americana de combate às posições inglesas<sup>4</sup>.

*“Esse desafio não é estrepitoso e nem tampouco pode ser submetido aos esquemas comuns para sua caracterização, porquanto os fatos que o revelam processam-se em áreas diferentes, sobretudo até 1850. Demonstram, porem, claramente, as bases de um esquema norte-americano que incluía planos de política nacional e continental, a longo prazo e não simplesmente uma disputa de mercados”<sup>5</sup>.*

<sup>2</sup> Olga Pantaleão explicita a situação inglesa e a corrida inicial para o estabelecimento de casas comerciais e o envio de mercadorias inglesas para o Brasil. A autora ainda mostra como diversas casas comerciais, desconhecedoras do mercado brasileiro ou mesmo abaladas pela vertiginosa dos preços causada pelo grande afluxo de mercadorias, acabaram falindo ou indo a bancarrota e as conseqüências desse processo para economia inglesa. PANTALEÃO, Olga. “A presença inglesa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3, 9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

<sup>3</sup> Ver: MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 192-218; FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948; GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

<sup>4</sup> WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida, *Desafio a preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 6.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 21, grifo nosso.

Logo após a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, Henri Hill, em novembro de 1808, escrevia a James Madison, Secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, relatando detalhadamente a situação comercial do Brasil e as formas de inserção que poderiam ter os comerciantes americanos nessa economia<sup>6</sup>. Existem poucas referências biográficas do autor. Segundo Luís Henrique Tavares, desconhece-se a data da chegada de Hill ao Brasil e mesmo se era funcionário credenciado do departamento de Estado americano. Acredita-se no entanto que desempenhava algum tipo de função oficial tendo em vista que apresentou-se ao Rio de Janeiro para apresentar-se a corte e que manteve conversas com o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho para negociar um tratado de comércio<sup>7</sup>.

Hill, no prologo da carta, justifica a falta de informações e o fato de não ter feito uma escrita mais detalhada pelo fato de a “urgência” do tempo o obrigar a um trabalho rápido, limitado aos portos do Rio de Janeiro e Salvador. Feito isso, iniciou sua análise a partir das condições gerais “práticas” do comércio, com uma descrição geral dos termos em que foram abertos os portos brasileiros, assegurando que as embarcações dos Estados Unidos seriam recebidas com amizade, independente de sua carga ou de sua procedência. Prossegue o relato indicando as regulamentações e tarifas alfandegárias a que estariam sujeitos os navios dos Estados Unidos, fazendo uma estimativa de taxas para cada porto<sup>8</sup>. Essa forma de relato detalhado aliada a afirmação de urgência com que o documento foi composto denota, mais uma vez, o caráter oficial que essa comunicação poderia assumir.

Na segunda parte da carta, o autor se propõe a analisar a composição do comércio português no que tangia a colônia brasileira, ressaltando que

*“A ocupação deste Reino pelas tropas francesas,  
enquanto bloquearam imediatamente o principal*

---

<sup>6</sup> O documento foi descoberto pelo historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares, em visita ao acervo da documentação de estado americano, em outubro de 1961. Foi preparada, então, edição bilíngüe do texto, publicada na Bahia, em 1964. Cf. HILL, Henri. *A view of the commerce of Brazil (1808)*, Edição Bilíngüe. Salvador: Banco da Bahia, 1964.

<sup>7</sup> TAVARES, Luís Henrique. “Visão norte-americana do comércio do Rio e em Salvador em 1808”. In: *Revista de História*, n. 28, janeiro de 2008.

<sup>8</sup> *Idem*, pp. 41-9.

*escoadouro, então aberto ao comércio brasileiro, assim como a feliz transferência da sede do governo para o Brasil elevou este belo país ao destino e à sua justa posição entre as nações”<sup>9</sup>.*

Para ele, embora a abertura dos portos fosse positiva para os comerciantes brasileiros, estes continuavam ainda esperando pelo desenrolar dos acontecimentos na Europa, principalmente pelo hábito de comercializar por Portugal e não pela lógica mercantil. Assim, o panorama comercial do Brasil era de quase inatividade: em relação à Inglaterra, os produtos brasileiros encontravam mercado ruim e sofriam restrições no recebimento; em relação ao Oriente, as expedições estavam praticamente interrompidas; em relação à África, o Brasil mantinha seu comércio, enviando tabaco, aguardente e artigos manufaturados europeus em troca de escravos negros; por fim, em relação às províncias do Sul, o tráfego comercial era crescente e rendoso, embora não fosse conveniente fornecer detalhes sobre sua produção<sup>10</sup>.

Em seguida, Hill fez uma análise pormenorizada da situação inglesa. Para ele, os comerciantes britânicos haviam se precipitado no envio de mercadorias, o que “sobrecarregou o Brasil com quase todos os artigos manufaturados ingleses”, independente das necessidades reais do país, com itens em quantidades erradas e mal escolhidos, o que deveu-se sobretudo a falta de informação dos mercadores ingleses. Por isso, ressalta a importância de os mercadores americanos disporem de dados estimados sobre o comércio americano e não enviarem mercadorias as quais os ingleses já tenham saturado os portos e nem em grandes quantidades<sup>11</sup>.

Por fim, o autor elaborou uma série de quadros estatísticos mostrando o comércio brasileiro nos anos anteriores à abertura dos portos e estimando as necessidades para os próximos anos, sobretudo de gêneros americanos. Para ele, o mercado brasileiro tinha potencial para absorver principalmente bacalhau, madeiras para a produção de navios, alcatrão, metais fundidos, carnes, manteigas e velas de

<sup>9</sup> *Idem*, p. 50.

<sup>10</sup> TAVARES, Luís Henrique. “Visão norte-americana do comércio do Rio e em Salvador em 1808”. In: Revista de História, *op. cit.*, pp. 51-2.

<sup>11</sup> *Idem*, pp.53-4.

espermacete, entre outros produtos em pequenas quantidades. No entanto, Hill prudentemente avaliava a pequena população do Brasil e a extensão de seu mercado consumidor e afirmava que, se restaurada a situação da Europa, muitos desses produtos poderiam ser abastecidos por Portugal e Espanha, com menor custo para os brasileiros. Assim, alertava que:

*“(...)é importante que o nosso [dos Estados Unidos] comerciante, cujos empreendimentos não conhecem limites, seja informado e regule suas exportações de acordo. Mas há pouca razão para acreditar, pelo crescente consumo e exportação, que um comércio ativo dará rapidamente a este novo país, que o nosso comércio aqui receberá um grande e proveitoso aumento depois do próximo ano”<sup>12</sup>.*

A análise do texto mostra que, se por um lado, a abertura dos portos era vista com bons olhos e era de interesse do governo norte-americano e dos mercadores locais entabular relações comerciais diretas com o Brasil, por outro lado, as estimativas de desenvolvimento desse comércio não era muito promissoras, sendo os produtos comercializáveis limitados e o mercado consumidor brasileiro pequeno.

Buscando compreender as ligações entre Estados Unidos e Brasil, principalmente em relação à política externa e as vinculações ideológicas dos países, Willian Lloyd Cumiford defendeu, em 1977, vinculando as duas nações no cenário político americano do século XIX. Para o autor, o interesse americano no Brasil vinculava-se sobretudo à necessidade de autonomia em relação a antiga metrópole e a Europa. Após a vinda da Corte e com os acontecimentos que levaram à independência em relação à Portugal, era entendido pelo americanos como a outra grande potência americana e, sendo assim, peça fundamental para eficácia da política externa americana em relação à América, além do que, ressaltava-se a intenção de brasileiros na instalação de um governo republicano, aos moldes dos Estados Unidos<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>13</sup> CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States- Brazilian relations, 1808-1894*. Tese de doutorado, Faculdade do Texas, 1977, pp. 8-23.

Para o autor, a maior dificuldade no relacionamento entre os países e no estabelecimento de relações mais estáveis foi a diferença ideológica entre o novo Império - ligado à Europa por laços de sangue e assim, não dissociado do destino da antiga metrópole europeia - e a República americana, que buscava cada vez mais autonomia em relação à Europa e disputava os espaços americanos com a sua antiga metrópole. Mesmo assim, para ele, a história das relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX pode ser entendida como um momento de cooperação e mutuo benefício para ambas as nações.

*“Ao longo dos anos, um lento mas firme desenvolvimento de relações comerciais caracterizou a diplomacia entre os Estados Unidos e o Brasil. Diferentemente dos Estados hispano-americanos, o Brasil oferecia-se como um polo de endossamento da Doutrina Monroe”<sup>14</sup>.*

Em 1835, Timothy Pitkin escreveu obra descritiva e quantitativa acerca do comércio dos Estados Unidos da América. O livro aborda as questões políticas da formação do novo país bem como fornece uma panorama estatístico da economia americana, a partir do período da independência até o momento em que escrevia, assim o autor procurava mostrar o peso da participação externa na economia americana<sup>15</sup>.

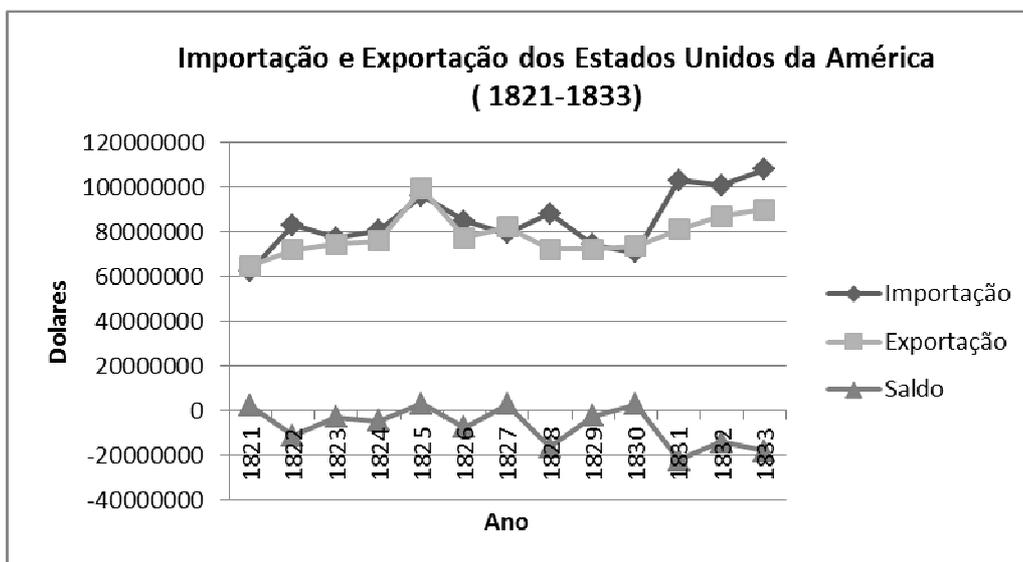
No período que vai de 1821 a 1833, o autor apresentou dados seriados sobre o comércio dos Estados Unidos, com as quantidades de importação, exportação – desmembrada em produtos estrangeiros ou nacionais, saldo do comércio externo e sua composição, por nação. A partir da sistematização e análise dos dados, pode-se perceber que, de maneira geral, houve um crescimento pequeno nos valores transacionados pelos Estados Unidos ao longo do período. O saldo do comércio americano variou muito, tendo anos positivos e negativos, sendo o saldo total foi deficitário<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> *Idem*, p. 188.

<sup>15</sup> PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

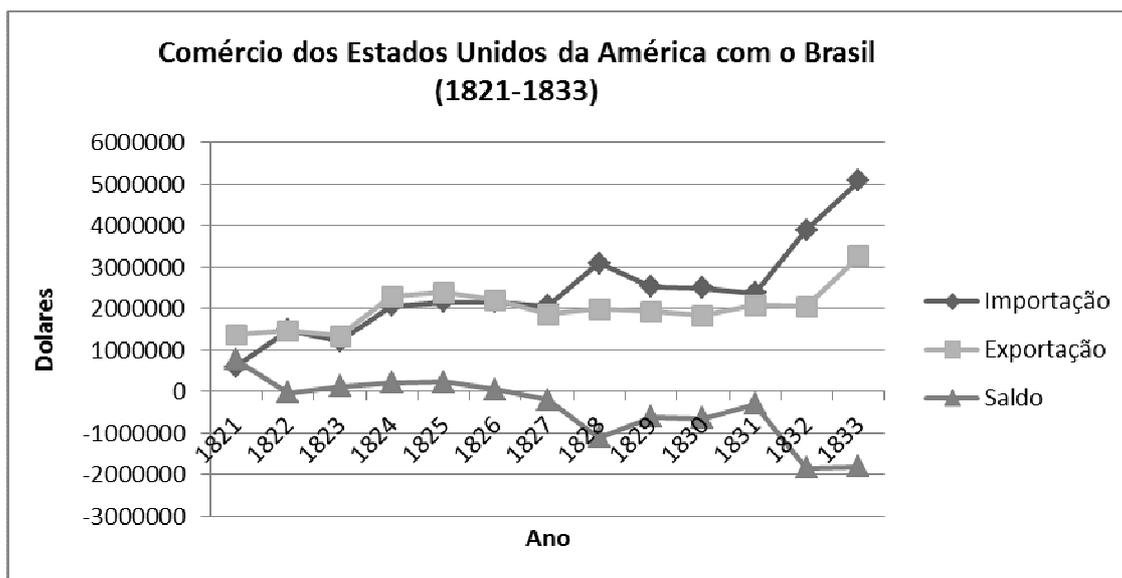
<sup>16</sup> Os gráficos e planilhas abaixo foram elaborados a partir dos dados sobre o comércio americano apresentados por Pitkin. PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*, *op. cit.*



**Importação e Exportação dos Estados Unidos da América  
( 1821-1833)**

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1821	62585724	64974382	2388658
1822	83241541	72160281	-11081260
1823	77579267	74699030	-2880237
1824	80549007	75986657	-4562350
1825	96340075	99535388	3195313
1826	84974477	77595322	-7379155
1827	79484068	82324827	2840759
1828	88509824	72264686	-16245138
1829	74492527	72358671	-2133856
1830	70876929	73849508	2972579
1831	103191124	81310583	-21880541
1832	101029265	87176943	-13852322
1833	108118311	90140433	-17977878
<b>Total</b>	<b>1110972139</b>	<b>1024376711</b>	<b>-86595428</b>

Seguindo a tendência geral, o comércio com o Brasil, em sua maioria também foi deficitário. As transações entre os dois países aumentaram em valores absolutos, percebendo-se uma tendência de alta mais acentuada principalmente a partir de 1830.



**Comércio dos Estados Unidos da América com o Brasil  
(1821-1833)**

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1821	605126	1381760	776634
1822	1486567	1463929	-22638
1823	1214810	1341390	126580
1824	2074119	2301904	227785
1825	2156707	2393754	237047
1826	2156678	2200349	43671
1827	2060971	1863806	-197165
1828	3097752	1988705	-1109047
1829	2535467	1930027	-605440
1830	2491460	1843238	-648222
1831	2375829	2076095	-299734
1832	3890845	2054794	-1836051
1833	5089693	3272101	-1817592
<b>Total</b>	<b>31236024</b>	<b>26111852</b>	<b>-5124172</b>

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

Embora o aumento dos valores totais transacionados seja significativa, se comparado aos valores do comércio total dos Estados Unidos, as transações com o Brasil não chegaram em nenhum momento a valores acima dos 4% do total das exportações americanas e 5% dos valores de importações. Esses dados corroboram a hipótese de que, embora houvesse interesse político e estratégico dos dois países, principalmente dos Estados Unidos, em estreitar as relações comerciais, no período que se seguiu a independência brasileira até 1833, essas relações aumentam, mas não atingem patamares significativos.

Embora não existam dados sobre o comércio externo brasileiro por nação na primeira metade do século, a partir da análise dos dados do IBGE sobre os montantes do comércio externo e os dados apresentados por Timothy Piktin podemos concluir que não houve aumento significativo nas transações comerciais entre Brasil e Estados Unidos nas três primeiras décadas do século XIX. Assim, acreditamos o mais

## Importação e Exportação dos Estados Unidos da América. Total e participação do Brasil (1821-1833)

Ano	Importação Total	Importação Brasil	%	Exportação Total	Exportação Brasil	%
1821	62585724	605126	1,0	64974382	1381760	2,1
1822	83241541	1486567	1,8	72160281	1463929	2,0
1823	77579267	1214810	1,6	74699030	1341390	1,8
1824	80549007	2074119	2,6	75986657	2301904	3,0
1825	96340075	2156707	2,2	99535388	2393754	2,4
1826	84974477	2156678	2,5	77595322	2200349	2,8
1827	79484068	2060971	2,6	82324827	1863806	2,3
1828	88509824	3097752	3,5	72264686	1988705	2,8
1829	74492527	2535467	3,4	72358671	1930027	2,7
1830	70876929	2491460	3,5	73849508	1843238	2,5
1831	103191124	2375829	2,3	81310583	2076095	2,6
1832	101029265	3890845	3,9	87176943	2054794	2,4
1833	108118311	5089693	4,7	90140433	3272101	3,6

importante eixo de ligação entre Brasil e Estados Unidos no início do século XIX tenha sido o tráfico de escravos. Foi inserção dos americanos nas atividades ligadas ao tráfico

de escravos para o Brasil o elo que garantiu a participação estadunidense na economia brasileira<sup>17</sup>.

Procurando compreender a sociedade escravista dos Estados Unidos, Gerald Horne escreveu importante trabalho sobre o envolvimento de americanos e brasileiros no tráfico de escravos ao longo do século XIX. Para ele, a escravidão nos Estados Unidos e os desdobramentos internos que levaram à Guerra Civil norte-americana só podem ser compreendidos em um chave geral, continental. O Sul escravista procurava no Brasil um base de apoio, um aliado, contra as pretensões anti-escravidão da Inglaterra e de seu próprio governo<sup>18</sup>.

Analisando os dados levantados sobre o comércio internacional de escravos, principalmente por W. E. E. Du Bois, Horn estimou que nos anos 30 e 40 do século XIX cerca de um terço, ou aproximadamente 1 milhão de escravos foram transacionados na América. Somados, Brasil e Estados Unidos somariam mais de 65% dos cativos do globo<sup>19</sup>. A partir desse momento a documentação sobre o tráfico registra intensamente a presença de navios americanos no comércio com o Brasil, principalmente em virtude da facilidade da navegação dos navios com bandeira americana.

O autor avalia o estabelecimento americano nas relações com o Brasil, mostrando a existência de empresas americanas estabelecidas do Rio de Janeiro e mostrando a relação dessas empresas com a compra de café para os Estados Unidos e

---

<sup>17</sup> Nossa intenção nesse momento não é fazer um debate extensivo acerca do tráfico de escravos e da sociedade escravista no século XIX. Levantaremos algumas questões com o intuito de ilustrar a presença americana neste ramo de atividades. Para uma abordagem mais detalhada da questão, ver: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Slavery and Freedom in colonial Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 2002; BETHEL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade Question, 1807-1869*. Londres: Cambridge University Press, 1970; GRAHAM, Richard. "Slavery and Economic Development in Brazil and the U.S. in the 10th century" In: *Comparative Studies in Society and History*, 23, out 1981, pp. 620-655; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionaries da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>18</sup> HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1 ed. 2007).

<sup>19</sup> *Idem*, p. 10.

seu envolvimento com capitais, embarcações e capital humano para as empresas escravistas<sup>20</sup>.

Em artigo recente, Dale Garden aprofundou a investigação sobre o envolvimento de cidadãos americanos no tráfico transatlântico de escravos para o Brasil. O autor ressalta que, a partir das proibições do governo americano a cidadãos americanos envolverem-se no tráfico, os americanos procuraram oportunidades de inserção em outros circuitos, notadamente no Brasil e em Cuba<sup>21</sup>, aproveitando-se do fato de que o governo americano não permitia aos ingleses a revistas de embarcações estadunidenses. As atividades se intensificaram a partir dos anos 30, atingindo o seu ápice nas décadas de 1840 e 1850, quando a Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico no Brasil, dificultou a atuação dos negociantes<sup>22</sup>.

Os empresários norte-americanos atuavam em diversos seguimentos, aproveitando as oportunidades comerciais do mercado brasileiro. Assim, encontram-se indícios da atuação americana nos setores de compra e venda de navios, fornecimento de mercadorias para efetuar o comércio, marinheiros, navios de apoio ao tráfico e como agentes comerciais para o apresamento e embarque de negros na costa africana<sup>23</sup>. Para apreender o modo como essas redes de capitais e comerciantes funcionaram, o autor utilizou a documentação dos ministros dos Estados Unidos no Rio de Janeiro que, após a década de 40, combatiam notadamente o tráfico, recolhendo processos e depoimentos sobre o envolvimento de cidadãos americanos nessas atividades<sup>24</sup>.

Com base nessa documentação o autor estimou que entre os anos de 1815 e 1850 cidadãos dos Estados Unidos tenham armado 430 navios que realizaram 545 viagens entre a costa da África e o Brasil com o intuito de transportar escravos<sup>25</sup>. Esse comércio envolveu inúmeros cidadãos americanos e brasileiros que, ao longo do século constituíram fortunas, em uma atividade que rendia um grande retorno. Para Graden, o tráfico negreiro empregou milhares de pessoas, diretamente ou indiretamente

<sup>20</sup> *Idem*. Ver principalmente as p. 20-21 e 31-52.

<sup>21</sup> GRANDEN, Dale T. “O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858”. *Revista Afro-Asia*, São Paulo, n. 35, 2007, p. 9.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 15 e ss.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 19.

relacionadas a ele. Assim, foi esse comércio responsável pela grande indústria naval dos Estados Unidos, pelo subsídio as destiladores de rum, companhias produtoras de pólvora, plantações de tabaco, o emprego de trabalhadores tais como carpinteiros, artífices e mastreadores além de proporcionarem ocasião de competição estadunidense pela supremacia do comércio com a América. Foi, então, a partir do desenvolvimento dessas atividades e da gradativa proibição ao tráfico que os empresários do tráfico passaram a empregar seus capitais em atividades “lícitas”<sup>26</sup>.

A análise dos *Mapas estatísticos do Commercio e Navegação do Império do Brasil* reforça esse panorama. A análise dos Mapas dos anos de 1841 e 1842 mostra como as relações entre Brasil e Estados Unidos mudam em relação ao período anterior<sup>27</sup>.

Nesse momento, os montantes transacionados entre os dois países são significativos. Percebe-se uma clara diversificação dos parceiros comerciais, destacando-se a participação da Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e França. Nesse momento, as relações com os Estados Unidos adquirem maior importância, atingindo valores significativos, principalmente nas exportações.

No que diz respeito à composição das mercadorias, percebe-se grande importância das farinhas importadas dos Estados Unidos, segundo produto com maior montante de importação, atrás apenas dos tecidos ingleses. Nas exportações brasileiras, destaca-se o papel do café e do açúcar, o primeiro maciçamente comprado pelos americanos (ver tabelas em seguida).

Acreditamos, assim, que impulsionados pela política externa amistosa entre os países e pelas possibilidades abertas pela participação americana nas atividades ligadas ao tráfico de escravos, as relações entre Brasil e Estados Unidos consolidaram-se e, a partir da década de 1840, com o aumento da produção e consumo do café brasileiro e com o aumento gradativo das pressões para a abolição do tráfico, assumem cada vez

---

<sup>26</sup> *Idem*, pp. 34 e 35.

<sup>27</sup> A partir dos anos 40 em diante, as tendências apontadas se confirmam e se consolidam. Não empreenderemos análise detalhada do período, pois fugiria em muito aos objetivos desse trabalho. *Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848-1855.

mais feições de comércio lícito. Pelos valores transacionados e pela predominância dos Estados Unidos no campo das exportações, pode-se portanto, perceber a importância da diversificação dos parceiros comerciais na economia do Império.

### Bibliografia

#### Fontes:

*Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848-1855.

HILL, Henri. *A view of the commerce of Brazil (1808)*, Edição Bilíngüe. Salvador: Banco da Bahia, 1964.

PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

#### Bibliografia:

ARRUDA, J. J. A. . *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2008

CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States- Brazilian relations, 1808-1894*. Tese de doutorado, Faculdade do Texas, 1977

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANDEN, Dale T. “O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858”. *Revista Afro-Asia*, São Paulo, n. 35, 2007,

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1 ed. 2007).

JANCSÓ, Istiván (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005; COUTO, Jorge (org.). *Rio de Janeiro: Capital Geográfica do Império Português (1808-1821)*, Lisboa: Tribuna, 2010.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 192-218

MARTINS, Ismênia e MOTTA, Márcia (Org.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010

OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens. *A abertura dos portos*. São Paulo: SENAC, 2007

PANTALEÃO, Olga. “A presença inglesa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3, 9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

SILVA, Alberto da Costa e (org.). *História do Brasil Nação (1808-2010). Crise colonial e independência (v.1)*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

TAVARES, Luís Henrique. “Visão norte-americana do comércio do Rio e em Salvador em 1808”. *In: Revista de História*, n. 28, janeiro de 2008

WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida, *Desafio a preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 6.